

Para especialistas, Prefeitura não poderá cumprir acordo da dívida

Dificuldade para vender ativos deve comprometer pagamento e tornar-se problema para eleito

SANDRA GOMIDE

O acordo de renegociação da dívida da Prefeitura de São Paulo, assinado entre o prefeito Celso Pitta (PTN) e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em 13 de dezembro, pode ter dado um certo alívio ao prefeito neste último ano de mandato, mas dificilmente conseguirá resolver os problemas de caixa do Município. Embora seja quase uma cópia do contrato firmado entre o Estado de São Paulo e a União no fim de 1997, especialistas em finanças públicas acreditam que será difícil para a Prefeitura cumprir sua parte no contrato e avaliam que essa será a principal herança para o próximo prefeito.

Uma das cláusulas do acordo determina que, após 30 meses da aprovação, a Prefeitura terá de amortizar 20% do total da dívida negociada de R\$ 10,5 bilhões (ou seja, R\$ 2,1 bilhões). Caso contrário, a taxa de juros de 6% ao mês que incide sobre as parcelas passará, automaticamente, para 9%.

A única forma de conseguir o dinheiro nessa data seria vendendo ativos, mas os bens que a Prefeitura reservou para a venda (o Autódromo de Interlagos, o Parque do Anhembi e o Estádio do Pacaembu) são considerados de pouca liquidez no mercado. O melhor e mais rentável dos ativos dados como garantia de possível obtenção de recursos seria a concessão dos serviços de água e esgoto do Município (avaliada em R\$ 6 bilhões), mas esse é justamente o mais delicado dos casos nos quais a Prefeitura se propõe a mexer.

Por se tratar de um serviço realizado há cem anos pelo governo estadual por meio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp, de capital misto), poderá surgir uma boa briga antes que qualquer rede de dutos possa ser posta à venda.

Impedimentos – O secretário estadual de Recursos Hídricos, Antônio Carlos Mendes Thame, afirma que a concessão jamais poderá ser feita pela Prefeitura, pois há impedimentos jurídicos, técnicos e financeiros para o projeto. “Essa foi uma idéia usada para garantir o acordo com a União nesse mandato, mas não acredito que vá para a frente”, diz Thame. Ainda que o fizesse, o Município teria de indenizar a Sabesp por investimentos feitos nos últimos cem anos, o que é praticamente impossível.

A idéia original de Pitta era repassar esses ativos diretamente à União para que ela própria realizasse a venda, mas a negociação não deu certo. Ficou acertado então que a União aceitaria as condições do acordo, à semelhança do que foi feito com o Estado, mas a Prefeitura deveria vender os

bens de sua propriedade. E justamente nesse ponto que reside, segundo os especialistas, a fragilidade da negociação da Prefeitura. Para o vereador Miguel Colasuonno (PMDB), a venda do Pacaembu e de Interlagos não deverá representar um grande problema, pois interessará aos investidores comerciais e imobiliários. “Interlagos é uma área que pode atrair o mercado construtor”, diz.

Considera-se que a avaliação preliminar de R\$ 250 milhões para o Anhembi estaria alta demais. O secretário municipal de Finanças, Deniz Ferreira Ribeiro, prefere não fazer comentários sobre a dívida antes que o Senado dê seu parecer sobre o contrato de refinanciamento. Mais de um mês após sua assinatura, o acordo ainda não foi enviado ao Senado.

Metas – O secretário-executivo do Programa Municipal de Desestatização (Promud), Renato Pavan, reúne-se hoje de manhã com o prefeito Celso Pitta para falar sobre as metas do programa, as avaliações técnicas dos ativos e a estratégia para encaminhar seu processo de venda. No caso do Estado, a renegociação da dívida foi feita com a garantia de venda do Banespa, sexto maior banco do País, será o leilão mais aguardado do ano. Já há oito grupos nacionais e estrangeiros interessados em participar do leilão, marcado para 16 de maio.

No ano passado, o Estado reservou R\$ 3 bilhões para o pagamento de dívidas, sendo 57% desse total relativo à parcela do débito renegociado com a União. Segundo dados da Secretaria de Fazenda, a dívida total do Estado hoje atinge R\$ 75,3 bilhões, dos quais 86,8% representam aquelas renegociadas com o governo federal.

Como a primeira etapa de amortização da dívida municipal vencerá somente 30 meses após sua aprovação, outro prefeito, ou prefeita, já deverá estar no cargo. “Na realidade, a renegociação só serviu para aumentar os gastos do atual prefeito e criar mais problemas futuros”, diz o vereador Nelson Proença (PPS). “Uma vez fechado o acordo, a Prefeitura terá metas a cumprir e, se não o fizer, poderá ter as contas bloqueadas”, afirma o economista Carlos Cavalcante, do Instituto de Economia do Setor Público.

Outro argumento de Proença é que o Orçamento do Município para este ano prevê apenas R\$ 430 milhões para o pagamento da dívida, quando deveria haver, pelo menos, R\$ 800 milhões. “No geral, incluindo outros gastos, as previsões do Orçamento deste ano estão R\$ 2 bilhões abaixo da realidade, quantia que foi empurrada para o ano 2001”, diz Proença. Além disso, o prefeito deverá receber ainda neste ano recursos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a conclusão de projetos em andamento, criando ainda mais débitos para seu sucessor.

VEREADOR
APONTA
ORÇAMENTO
SUBESTIMADO

ESTADO DE SÃO PAULO

20 JAN 2000

20 JAN 2000